

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: M

Data: 31/08/75

Pg.: _____

Ameaça dos guajajaras não afasta posseiros da reserva

RAYMUNDO DE SOUZA COSTA
 Correspondente em
 SAO LUIS

Bem armados, em grande numero e liderados pelo pastor adventista Manoel Moraes da Silva, os posseiros do povoado de Marajá, localizado na parte Norte da reserva indígena dos guajajaras, distante mais de 400 quilômetros de São Luis, continuam abrindo grandes clareiras na mata, onde pretendem plantar arroz e milho, sem que nenhuma atitude tenha sido tomada até agora pelas autoridades. Em julho passado, eles firmaram um acordo com os caciques da tribo, e a delegacia regional da Funai, pelo qual se comprometiam a deixar as áreas ocupadas ilegalmente na reserva até o dia 31 de setembro próximo e a não iniciar novas plantações.

Segundo informações chegadas à delegacia da Funai, os posseiros foram insuflados a romper o acordo pelo pastor Manoel Moraes da Silva, que, depois de uma viagem a Brasília, voltou dizendo que havia recebido autorização pessoal do presidente da Funai para que os habitantes do povoado permanecessem onde estavam. Havia outras informações, entretanto, no sentido de que os índios já estavam impedindo que os posseiros continuassem a derrubar sua floresta.

O problema da parte Norte da reserva já era esperado. Na parte Sul, onde estão os povoados de São Pedro, Alto Alegre e Centro Velho, o prazo para retirada dos posseiros venceu no último dia 31 de julho, sem que até agora a determinação fosse cumprida. Diante disso, a permanência dos posseiros de Marajá depois do prazo de 31 de setembro seria apenas uma questão de tempo.

Ontem, ao contrário do que se esperava, o prefeito de Grajaú — que colocara à disposição da Funai uma área do município, para onde os guajajaras poderiam ser transferidos — não veio a São Luis para relatar o resultado do encontro entre os caciques do grupo tribal e os chefes dos postos indígenas da área, em busca de uma solução para o problema. Como nessa reunião seria discutida a proposta do prefeito, o não comparecimen-

to a São Luis poderia indicar que os guajajaras não aceitaram ser transferidos.

Fontes ligadas à Funai comentavam ontem que a situação atingiu um ponto irreversível e que uma retaliação por parte dos índios é muito provável. Ao que parece, porém, os guajajaras abandonaram a idéia de reunir a tribo e "varrer a área de qualquer maneira", como dizia o ofício assinado pelo chefe do posto do Canabrava, Ellomar Gerhardt, e enviado aos representantes dos posseiros dos povoados da parte Sul da reserva.

Os guajajaras, na verdade, dificilmente se arriscariam a um confronto direto com os posseiros. Além da desvantagem numérica — são mais de 10 mil posseiros, contra cerca de dois mil índios —, suas armas têm pouca eficácia contra espingardas, rifles e revólveres dos brancos. Por isso, o mais provável é que os índios mantenham a tática utilizada até agora em sua luta contra os invasores: ações rápidas contra grupos isolados de posseiros ou incursões noturnas — primeiro contra suas plantações ou benfeitorias, mais tarde, quem sabe, contra os próprios agricultores.

Foi dessa maneira que, em junho, os guajajaras puniram os primeiros posseiros que quebraram o acordo e começaram novas plantações: eles expulsaram seis famílias de colonos e atearam fogo às suas casas e roçados, um antigo hábito indígena para que o invasor não retorne. Ainda em junho, os guajajaras expulsaram mais de dez caçadores que se encontravam dentro da reserva. E, na sexta-feira passada, apreenderam uma grande quantidade de madeira que havia sido retirada de sua reserva e estava sendo levada, em pequenas embarcações para ser vendida em Marajá e na beira da estrada.

Mesmo sabendo que um ataque dos índios aos povoados será desvantajoso, a Funai excluiu-se de qualquer responsabilidade pelo que poderá acontecer aos posseiros daqui por diante. Em contrapartida, ela culpa o prefeito e o delegado de Grajaú e o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão, que deveriam ter fiscalizado o cumprimento do acordo entre os índios e os posseiros. Assim, qualquer que seja a reação dos guajajaras, ela terá pleno apoio da

delegacia da Funai, muito embora isso contrarie a filosofia adotada até agora, que é de "tentar resolver o problema conciliando os interesses em jogo, sem que haja conflito". É que essa política obteve a compreensão — e a paciência — dos índios, mas analogou junto aos interesses dos civilizados.

Por isso, a posição da Funai no momento é bastante delicada. Ela já não dispõe de argumentos capazes de conter os guajajaras, uma tribo hoje — e graças à própria ação da Funai — consciente dos seus direitos sobre as terras. Por outro lado, é muito difícil resolver a curto prazo os complicados problemas do terras existentes na região, que por se constituir num dos pontos prediletos de atuação de grileiros, envolve sérias pressões políticas.

A própria falta de cuidado das autoridades maranhenses responsáveis pela execução da política fundiária, entretanto, tem favorecido bastante a ocorrência de problemas desse tipo. O governo do Estado doou,

por exemplo, uma área de 930 mil hectares à Companhia de Colonização do Nordeste, grande parte dela situada dentro da reserva pertencente aos índios urubus. A Companhia percebeu o erro e tentou corrigi-lo, fazendo uma marcação inusitada: de um lado de uma linha imaginária ficariam os índios e, do outro, os colonos. Depois, percebendo que o tratado não favorecia os colonos, tentou afastar mais os índios. Os urubus, descontentes com as mudanças constantes, resolveram voltar para o local de origem, dentro da área da Companhia. E hoje se recusam sistematicamente a abandoná-lo, seja qual for o acordo proposto. No que revelam um conhecimento sobre a conduta moral dos civilizados maior que o dos guajajaras.